

CONVERSANDO SOBRE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de submissão: 06/04/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Carina Pasini Col

Mestrada do curso do PROFEI/UDESC.
Professora efetiva da rede estadual de ensino de Santa Catarina – Brasil
Chapecó-Santa Catarina
<https://lattes.cnpq.br/5000473518738096>

Vera Márcia Marques Santos

Doutora em Educação.
Professora do Mestrado Profissional em Rede em Educação Inclusiva – PROFEI/UDESC.
Florianópolis- Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/2653274195094797>

RESUMO: Essa publicação se refere a uma CARTA PEDAGÓGICA que escrevemos e apresentamos no XVIII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, da universidade UNISC. Em um momento delicado que vivenciamos, com o distanciamento social, provocado pela pandemia do Coronavírus. A humanidade estava sofrendo pelas medidas impostas a sociedade assim como a educação básica, por outro lado estávamos pesquisando/estudando e isso representava esperança. Ao estarmos cursando o mestrado Profissional em Rede-PROFEI/UDESC, surgiu a possibilidade

de compartilhar a experiência através de uma Carta Pedagógica com os pares da Educação Básica. A Carta traz a possibilidade de refletir sobre a educação, o processo de ensinar, sobre a inclusão que tanto almejamos, onde nosso aluno seja o protagonista do processo de ensino aprendizagem e principalmente da necessidade de formação permanente que tanto precisamos. Nós professores, somos eternos estudantes, conjulgamos diariamente o verbo esperar, assim como Paulo Freire, nossa busca por uma educação integralmente inclusiva, onde nossos estudantes são reconhecidos pelas individualidades, pela diversidade que compõe o espaço escolar e com um olhar voltado para a coletividade. Realizamos aqui também, uma reflexão sobre a diversidade que existe nos espaços sociais e nas escolas, a necessidade de conhecer e reconhecer o contexto da educação básica, onde o estudante precisa ser o protagonista do processo e o professor necessita ser valorizado e reconhecido.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Formação Permanente.

TALKING ABOUT INCLUSION IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT: This publication refers to a PEDAGOGICAL LETTER that was written and presented at the XVIII Forum of Studies: Readings by Paulo Freire, from the UNISC university. In a delicate moment that we are experiencing, with the social distancing, caused by the coronavirus pandemic. Humanity was suffering because of the measures imposed on society as well as basic education, on the other hand we were researching/studying and that represented hope. When we were studying the Professional Master's Degree in Network - PROFEI/UDESC, the possibility of sharing the experience through a Pedagogical Letter with the peers of basic education arose. The Letter brings the possibility of reflecting on education, on the teaching process, on the inclusion that we so much desire, where our student is the protagonist of the teaching-learning process and especially on the need for permanent learning that is much needed. We, teachers, are eternal students, we daily conjugate the verb to hope, as well as Paulo Freire, our search for an integrally inclusive education, where our students are recognized for their individualities, for the diversity that makes up the school space and with a firm gaze towards collectivity. It was also carried out a reflection on the diversity that exists in social spaces and in schools, the need to know and recognize the context of basic education, where the student needs to be the protagonist of the process and the teacher needs to be valued and recognized.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Permanent Learning.

INTRODUÇÃO

Nos deparamos na atualidade, com à necessidade de promoção de práticas docentes para uma educação inclusiva nas unidades de educação básica. Proposta já garantida em lei, porém com muitas dificuldades de efetivação no contexto escolar. Considerando que o momento vivido durante a Pandemia do Coronavírus, adiou muitos sonhos, uma vez que o distanciamento social acentuou ainda mais a exclusão em contextos que já apresentavam muitas fragilidades. Como a exemplo da maioria das escolas públicas, onde a exclusão social, étnico-racial, de gênero, religiosa, ficaram expostas em muitos casos, a sua própria sorte. Foi possível lançar esse olhar, pois na educação básica, especialmente a pública, temos representada a diversidade de toda ordem, que constitui a sociedade.

As observações acima nos permitem afirmar que a escola necessita ser vista com um espaço de possibilidades, sendo que cada indivíduo reflete características do contexto que está inserido. Possibilidades de aproximar os aspectos que historicamente a própria sociedade afasta, ao ser reconhecida como um espaço que trata as diferenças, a pluralidade social com ações que sejam inclusivas, uma vez que,

[...] a educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma

opção 'transgressora', porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional (BRASIL, 2013, p. 25).

Nesse sentido, vale destacar a Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014, que traz um conjunto de movimentos para a articulação entre as áreas do conhecimento como sendo fundamental uma educação integral e inclusiva. Apontando a “diversidade como princípio formativo tem sido apresentada como atrelada à educação inclusiva e educação integral, e resulta no enfrentamento desses discursos dominantes homogeneizadores” (SC, 2014, p. 56). Essa diretriz nos parece fundamental para a desconstrução e combate das muitas formas de discriminações que ainda persistem.

Com isso, defendemos que os pactos nacionais e internacionais, assim como as políticas possam contribuir celeremente para a constituição de uma cultura de direitos humanos voltada para a garantia de direitos que reconheçam, respeitem e incluam a pluralidade de identidades, como: crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros, pescadores, entre outros. Grupos estes que demandam uma série de políticas e ações que inicialmente os mantenha vivos e seguros, dado toda ordem e sorte de perseguições. Assim é importante conhecer os pressupostos, em nível metodológico, nas áreas de conhecimento, na formação integral, no conhecer e reconhecer a diversidade, nos processos de inclusão, nos temas a serem debatidos e estudados, na garantia da legislação que está vigente no contexto escolar, social e cultural.

Para que se possa pensar, propor e efetivar práticas de ensino aprendizagem tendo como direcionamento processos de inclusão amplos, com foco nos estudantes e docentes. Atendendo assim as necessidades individuais e coletivas das respectivas demandas, reconhecendo as diversidades que cada contexto apresenta, com a possibilidade de apresentar conforto teórico, de marco legal e esperança para a educação básica na lida com essa diversidade. Assim apresentamos uma carta escrita na integralidade, onde conclamamos os nossos pares que atuam na educação básica à promoção de práticas inclusivas em nossas práticas docentes.

A CARTA:

Bom dia, queridos/as Colegas da Educação Básica Estadual no Município de Chapecó SC.

Esperamos que estejam todos/as bem.

Vimos por meio dessa carta, compartilhar com vocês, um pouco do que vivemos no período de realização do Mestrado em Rede em Educação Inclusiva – PROFEI/UEDESC. Como já conversamos em outros momentos, vocês têm conhecimento que cursei um mestrado profissional, como já mencionado, o PROFEI, na Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. Um mestrado profissional tem representado a possibilidade de nós professores/as darmos continuidade ao nosso processo de formação permanente num programa de pós-graduação stricto sensu, uma vez que o critério basilar para a seleção é estar em sala de aula e, portanto, podermos pesquisar a nossa própria prática docente.

Aqui temos a oportunidade de, mesmo não optando pela pesquisa-ação, ainda assim, investigar o nosso cotidiano escolar, problematizando nossas práticas frente as problemáticas sociais.

Nessa carta partilhamos com vocês a experiência enquanto pesquisadora, bem como a produção e conhecimento adquirido no processo deste mestrado. Pois sei que vivenciam em seus dias, a esperança (do verbo esperar) cultivando-o constantemente em cada momento de suas práticas pedagógicas, em cada contexto escolar, em que estão inseridos/as trabalhando para uma sociedade mais justa, solidária, empática e inclusiva.

Assim, dos conceitos/condição para a vida coletiva, escolhemos com/partilhar com vocês a palavra, o conceito, a **AÇÃO INCLUSÃO**, pois sabemos o quanto são comprometidos e prezam por esta condição, ainda por nossas escolas primarem pelo processo inclusivo. No entanto, ainda com muitas dúvidas, incertezas e inseguranças, pois almejar a **INCLUSÃO** na sua totalidade é nosso vislumbre e ao mesmo tempo nosso grande desafio, tanto na constituição histórica da sociedade da qual pertencemos, como o que queremos como paradigma de uma sociedade inclusiva.

Sendo assim, com estudos, embasamentos teóricos, análise documental e estando fortemente engajados, podemos juntos buscar conhecimento/apoio. Para nos fortalecer enquanto coletivo, trazermos ao nosso documento norteador da escola, o PPP (Projeto Político Pedagógico), alguns pontos elementares a serem construídos, analisados, implantados, implementados e principalmente discutidos nesse coletivo. Fortalecer os pilares que sustentam uma educação inclusiva conforme almejamos, numa relação onde no PPP explicita-se a relação escola/sociedade/escola. O PPP se constitui certamente numa ferramenta de aproximação entre os segmentos da escola e possibilita que toda a comunidade escolar faça parte do processo. Assim, é possível relacioná-lo com a formação de professores, pois, é através de propostas vindas de sua construção, onde o estudante seja protagonista e o professor o mediador, que ocorre uma educação efetivamente inclusiva.

Os estudos, leituras e debates vivenciados nesse Mestrado, remetem a muito dos nossos estudos e conversas, das nossas falas sobre “as escolas que temos e que escola queremos”. Em muitos momentos nos reportamos aos nossos encontros pedagógicos onde debatemos sobre nossas angústias e principalmente a nossa vontade de acertar. Sempre sentimos a necessidade de incluir nossos alunos considerando as diferenças e a diversidade, considerando a coletividade de ações e respeitando as individualidades. Com os estudos atuais, pretendemos trazer uma proposta de produto educacional que nos embase fortemente, contribuindo com a possibilidade de aproximar mais a teoria e a prática que vivenciamos.

Romper com o que já parece falácia, a dicotomia entre teoria e prática, tendo na construção/reorganização coletiva do PPP uma ferramenta fundamental para a educação inclusiva e o percurso formativo do professor, na sua integralidade, sentido ampliado para que nossos estudantes sejam protagonistas do e no processo de seu percurso escolar. Para assim conviverem com toda essa diversidade, sem amarras de qualquer natureza, como estereótipos, dogmas, pré-conceitos dentre outros, num processo que seja definidor e definido pela diferença que os caracteriza e lhes confere identidade preservada na sua individualidade, respeitada e reconhecida no coletivo.

Caros colegas, o sentimento é de que somos e estamos em um processo de edificação e aprendizagem constante, e que a busca pelo conhecimento nos traz inquietações, angústias e anseios, podendo ser descrito como;

[...] quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade (FREIRE, 1996, p. 24).

Juntos sempre buscando conhecimento e aprendizagem teórica para embasar/subsidiar a prática, revelada nas diferentes narrativas que emergem de pessoas com diferentes propósitos, vindas de diferentes histórias e com diferentes expectativas. Como acolher todos e todas? Recordamos aqui também um artigo estudado/trabalhado nas aulas do mestrado, que nos provocou inúmeros sentimentos, sobre nossas escolas, vivências intitulado: “Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação” de Bezerra e Araújo, que retrata o que vivenciamos no contexto escolar ao longo dos anos, luta pela inserção/inclusão/permanência de todos no espaço escolar assim como na sociedade. Percebemos que é necessário por meio da luta, da persistência, da união superar ações históricas do processo que se tornou extremamente excludente em nome de um mercado capitalista, assim como o grande Paulo Freire sempre defendeu.

Recorremos ainda a bell hooks (2017), que inspirada em Paulo Freire defende práticas transgressoras. Transgressoras por considerarem que para incluirmos, há que se considerar, valorizar e respeitar a história de vida de cada aluno/a com quem trabalhamos com quem convivemos. Eis outro desafio que já não pode mais esperar. Cada um/a de vocês sabe quantas vezes em nossos encontros conversamos sobre: Políticas Públicas, Práticas Pedagógicas, Ações, Contradições e Interesses referente ao contexto escolar, somos sabedores de que a escola é um espaço de formação de opinião, de referência e de tratar com o conhecimento cientificamente produzido.

Aproveitemos esse momento delicado, atual situação por nós vivenciados com o advento da pandemia/2020 até os dias atuais, com afastamento do ambiente escolar, aulas e estudos online, retorno gradual ao sistema presencial na educação básica que jamais será o mesmo e acima de tudo reinventando-se a cada aula, a cada dia/ano letivo. As escolas e a grande diversidade que a compõe, considerando a nós próprios e os nossos estudantes no ambiente escolar, numa sociedade que deve despertar o anseio por mudança e não por adaptação, homogeneização, mas sim e principalmente onde todos precisam ser vistos/respeitados em suas particularidades/individualidades. Assim para construir um espaço inclusivo, com reconhecimento à diversidade, tornando o ambiente escolar um espaço de múltiplas possibilidades na sua integralidade, é um anseio nosso.

Primar pelo coletivo diverso, respeitando as individualidades, nos parece ser o grande desafio da inclusão. Então colegas, sejamos agentes conscientes/propositores de um pensamento e ações que melhorem o processo de ensino aprendizagem. Com isso nós professores/as possamos assumir a posição de motivadores/as de estudos/ações/experiências/exemplos que tragam para o nosso ambiente escolar o processo de inclusão de forma mais efetiva, de forma gradual e constante. E nunca percamos a nossa essência de criticidade e nosso poder de interpretação sobre o que realmente queremos, por meio dos nossos estudantes.

Nesse momento podemos afirmar que esse período do mestrado nos proporciona muitas análises reflexivas referentes as mais de duas décadas dedicadas a educação. Que trouxe possibilidade de estudar mais direcionado e, assim, poder propor um produto educacional para a realidade escolar das nossas escolas estaduais de Chapecó/SC. Então colegas, sei que entendem e compartilham destas reflexões, provocando inquietudes e desafios, a mim assim como em cada um de vocês.

Por isso, a importância do percurso formativo do professor estar em constante atualização, gerando conhecimento e possibilidade de um ensino alicerçado no respeito à diversidade, que o ambiente escolar precisa contemplar cotidianamente.

E para finalizar, em conformidade com a Declaração dos Direitos Humanos, no artigo 1º, que expressa: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Almejamos e lutamos por uma reforma no sistema educacional com ações para alcançar a “equidade”. Esta traduzida pela universalização do acesso e permanência de todos à escola pública de qualidade em todos os segmentos, todos os públicos e principalmente observando a diversidade que encontramos no espaço escolar.

Essa CARTA é a mensagem mais carinhosa e reflexiva, que podemos oferecer nesse momento, pois estamos a esperança que esse retorno presencial irá nos aproximar novamente, vamos dividir muitos estudos/conhecimentos/anseios e consequentemente multiplicar ações para tornar nosso ambiente escolar mais inclusivo. Com a retomada e reorganização do PPP, dos nossos encontros pedagógicos, das nossas práticas pedagógicas, do nosso percurso formativo, dos nossos estudos, ou seja, de tudo o que compõe o espaço escolar, nossas práticas docentes e social, estaremos mais engajados para lutar por nossos contextos.

Com muito carinho, um abraço do tamanho da nossa esperança,
Profas. Carina Pasini Col e Vera Marques
Abril/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar vai além do pressuposto didático metodológico, nos contextos a qual o mundo está inserido atualmente e a globalização, assim como o distanciamento social, desvelaram muitas fragilidades que estavam insipientes. E as políticas educacionais, assim como a reaproximação, trazem a possibilidade de minimizar esses impactos. Dessa forma e em sintonia com tais pressupostos a organização/reorganização do espaço escolar deveria a nosso ver, primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade, a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço. Ações que convergem à assecuridade de garantia do direito à educação.

Na preceptiva da educação inclusiva, a busca por desenvolvimento de potencialidades se acentua e conseqüentemente alguns padrões historicamente fundamentados perdem espaços dentro do contexto educacional. Assim os profissionais envolvidos também assumem novos papéis, pois é preciso preparar condutas diferenciadas para os novos ambientes, que se constroem estruturalmente e com práticas associadas às novas realidades apresentadas, após período do afastamento social, ao qual fomos submetidos. Deste modo, na educação inclusiva, a aprendizagem ocorre quando o ambiente escolar, as atividades de intervenção do/a educador/a promovem acolhimento, dão a possibilidade de emancipação aos/às estudantes, dando-lhes espaços para promoção e valorização as diferenças.

Em sintonia com tais pressupostos a organização/reorganização do espaço escolar deveriam primar por práticas que assegurem a valorização da diversidade. E que a igualdade de condições para acesso e permanência neste espaço, possibilitam à assecuridade de garantia do direito à educação possa dar voz, identidade, respeitar diferentes orientações religiosas, condições étnicas, de gênero, sexual e tantas outras categorias que nos fazem singular na pluralidade. A busca pelo fortalecimento das relações, dos processos de organização social e conseqüentemente da implantação da educação inclusiva traz para a atualidade a incumbência de garantir, as políticas educacionais valorizando a coletividade, onde os/as profissionais da educação e os/as estudantes sejam vistos/as como protagonistas do e no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.** Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.** Conselho Nacional da Educação. Brasília. 2013. Disponível em:. Acesso em: 20/03/2023.

BRASIL. (2009). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, Brasil: ICP- Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitoshumanos-garante-igualdade-social>, acesso em 05/03/2022.

BEZERRA, Giovani Ferreira e ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. **Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação**. Educ. Soc. [online]. 2013, vol.34, n.123, pp.573-588. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200014>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**./bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla-2. Ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, 2014.